



ACÓRDÃO Nº543/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1570/2015.

Apensos: Processo nº 1572/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Erik Franco de Sa

4- Órgão: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS (Destaque)

5- Exercício: 2014

6- Responsável: Miberwal Ferreira Jucá (Ordenador de Despesa)

7- Unidade Técnica: DICA/AM

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1409/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS (Destaque). Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Multa. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS – DESTAQUE, referente ao exercício de 2014, sob a responsabilidade do **Sr. Miberwal Ferreira Jucá**, Presidente deste órgão, à época, nos termos do art. 1º, II c/c os arts. 22, inciso II, e 24, da Lei n. 2.423/96;

10.2. Recomendar à Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS que:

a) realize o depósito das disponibilidades financeiras da entidade em Instituição Bancária oficial, como disposto na Constituição Federal, alertando para que a impropriedade não volte a acontecer, como ocorrido durante o exercício ora em estudo, sob pena de aplicação de multa e julgamento pela irregularidade das próximas contas em que a restrição for detectada;



ACÓRDÃO Nº543/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

b) aperfeiçoe sua gestão, capacitando alguns de seus servidores à realização de um controle interno próprio, integrado à CGE, o qual possa auxiliar esse órgão central no desenvolvimento de ações corretivas e preventivas que neutralizem erros e fraudes, otimizando a eficiência da Administração.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Miberwal Ferreira Jucá, no valor de R\$1.000,00, de acordo com o art. 53, parágrafo único da Lei 2423/96, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, tendo em vista as seguintes impropriedades presentes no item 3:

a) Ausência da designação do pregoeiro e equipe de apoio;

b) Ausência dos pareceres técnicos e/ou jurídicos sobre a Licitação;

c) Ausência de documentos que comprovassem o acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração, especialmente designado;

d) Falta de comprovação de recolhimento, por parte da contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias ou comprovação de que a Administração requisitou tais documentos à terceirizada durante a execução do contrato;

e) Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, não foi detectado se o objeto foi recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, e definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Notificar o Sr. Miberwal Ferreira Jucá, Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS – Destaque, durante o exercício de 2014, e, caso esta tentativa seja infrutífera, que seja executada a



ACÓRDÃO Nº543/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

publicação por edital, com fundamento no art. 97, § 2º, do Regimento Interno deste TCE/AM.

10.5. Notificar o Advogado Dr. Erik Franco de Sa, acerca do desfecho desta peça processual, de acordo com o § 2º do art. 94 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Agosto de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor Presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição